

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 29 de fevereiro de 2012.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Carlo Roberto Simi, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Luigi Nese, Vice Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Vera Lúcia de Oliveira, Conselheira Titular Representante do MAPA; Paulo Libergott, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Rogério Nagamine Costanzi, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Lindolfo Luiz dos Santos Neto, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Otávio Vieira da Cunha Filho, Conselheiro Titular Representante da CNT; e, Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Suplente Representante da CNTur. **Convidados:** Paulo Roberto dos Santos Pinto, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – Interino; e, Nilton Vasconcelos, Presidente do FONSET.

1 Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego teve início a Centésima Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho
3 Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro
4 Titular Representante do MTE, Sr. Carlo Roberto Simi. **I - ABERTURA** O Presidente
5 cumprimentou os presentes, dando as boas vindas ao Conselheiro Titular Representante da CGTB,
6 Sr. Lindolfo Luiz dos Santos Neto, e ao Conselheiro Suplente Representante do MPS, Sr. Rogério
7 Nagamine Costanzi, que participavam pela primeira vez do Colegiado. Na sequência, passou ao **II –**
8 **APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de**
9 **dezembro de 2011. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo,**
10 **considerou aprovada a Ata em referência.** Em seguida, passou ao **III – ASSUNTOS PARA**
11 **DELIBERAÇÃO: ITEM 2 – Ratificação da Resolução nº 685, de 29 de dezembro de 2011,**
12 **aprovada *ad referendum*, que dispõe sobre o reajuste do valor do benefício seguro-**
13 **desemprego.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, explicou que face
14 à edição do Decreto nº 7.655, de 23 de dezembro de 2011, que reajustou o valor do salário mínimo
15 de R\$545,00 para R\$622,00, implicando em aumento percentual de 14,1284%, tornou-se necessária
16 a atualização da tabela de pagamento do benefício seguro-desemprego, sendo estimado que esse
17 reajuste importará ao FAT impacto financeiro da ordem de R\$3,1 bilhões. **O Presidente indagou se**
18 **havia alguma manifestação, em não havendo, considerou ratificada a aprovação da Resolução nº**

19 685/2011. Prosseguindo, passou ao **ITEM 3 - Ratificação da Resolução nº 686, de 23 de janeiro**
20 **de 2012, aprovada *ad referendum*, que dispõe sobre a prorrogação do período de recepção, em**
21 **caráter excepcional, para os estados de Alagoas e Sergipe referente à proibição da pesca pelo**
22 **Ministério do Meio Ambiente conforme IN nº 14**. O Secretário-Executivo do CODEFAT
23 declarou que por meio da Resolução em tela, prorrogou-se, em caráter excepcional, até o dia 15 de
24 fevereiro de 2012, a recepção da documentação necessária para habilitação ao benefício Seguro-
25 Desemprego Pescador Artesanal, referente à proibição da pesca nos Estados de Alagoas e Sergipe,
26 período de 01/11/2011 a 15/01/2012. Esclareceu que a mencionada prorrogação havia sido
27 demandada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, sob a justificativa de que houve atraso
28 na emissão das carteiras de pescador profissional artesanal aos pescadores inscritos no Registro
29 Geral da Pesca – RGP. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo,
30 considerou ratificada a aprovação da Resolução nº 686/2011. Na sequência, passou ao **ITEM 4 -**
31 **Termos Aditivos - TA aos Termos de Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE,**
32 **realizados no período de dezembro de 2011 a janeiro de 2012**. O Secretário-Executivo do
33 CODEFAT registrou que no período em referência foram celebrados 4 (quatro) TA no montante de
34 R\$1,38 bilhão, assim distribuídos: i) BNDES – PRONAF Investimento – R\$350,0 milhões; ii)
35 BNDES – FAT Fomentar Micro e Pequena Empresa – R\$630,0 milhões; iii) BB - PROGER
36 Urbano Investimento - R\$330,0 milhões; e, iv) BB – FAT Taxista – R\$70,0 milhões. O Presidente
37 indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela. Em
38 seguida, passou ao **ITEM 5 - Proposta de Resolução que dispõe sobre a prorrogação, em**
39 **caráter excepcional, do período de recepção do Requerimento do Seguro-Desemprego**
40 **Pescador Artesanal, para os defesos encerrados em 28 de fevereiro de 2012**. O Secretário-
41 Executivo do CODEFAT observou que a proposta em tela visava prorrogar, em caráter excepcional,
42 até o dia 30 de março de 2012, o procedimento de recepção da documentação necessária à
43 habilitação do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal, relativa aos defesos com data de
44 encerramento em 28 de fevereiro de 2012. Ressaltou que a mencionada prorrogação foi demandada
45 pelo MPA, sob a justificativa de que houve entraves que concorreram para o atraso na impressão,
46 renovação e entrega das carteiras de pescador profissional artesanal aos pescadores inscritos no
47 RGP. O Presidente franqueou a palavra ao Representante do MPA para prestar esclarecimentos
48 quanto à demanda em tela. O Representante do MPA, Sr. Sebastião Saldanha Neto, destacou que o
49 Ministério vinha empreendendo maior controle tanto na emissão quanto na renovação das carteiras,
50 o que resultou no cancelamento de cerca de 80 mil registros de pescadores no exercício de 2011.
51 Registrou que o MPA havia coordenado um Grupo de Trabalho Interministerial, que contou com a
52 participação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, do Ministério da Previdência Social –
53 MPS, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e da Controladoria-Geral da União – CGU, visando

54 aprimorar e agilizar os procedimentos de emissão e de renovação da carteira de pescador. Observou
55 que os defesos se concentravam no período de novembro a fevereiro, época da piracema dos rios
56 brasileiros, o que acarretava em dificuldades operacionais, haja vista que o referido período também
57 concentrava grande número de feriados, que somado a problemas com a migração de sistemas,
58 prejudicou a realização das tarefas de emissão e renovação de carteiras. O Representante do MPA
59 concluiu, solicitando ao Conselho a aprovação da presente solicitação de prorrogação de prazo, de
60 modo a não prejudicar os pescadores. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Vice-
61 Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS, Sr. Luigi Nese, recordou
62 que o Colegiado já havia autorizado outros pedidos de prorrogações apresentados pelo MPA sob a
63 alegação de problemas administrativos, ressaltando que o órgão teve tempo suficiente para
64 solucionar essas questões. Declarou que não gostaria de prejudicar nenhum pescador, mas que se
65 fazia necessário maior rigor sobre essa questão das prorrogações de prazo para emissão e renovação
66 das carteiras. O Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite,
67 ponderou que seria preciso tomar cuidado no sentido de evitar prejuízos aos pescadores, relatando
68 que alguns enfrentavam grandes dificuldades para requerer o benefício do seguro-desemprego,
69 principalmente na região norte do País, dada as longas distâncias dos postos de atendimento e a
70 precariedade de transportes, o que na maioria das vezes se dava por meio de barcos. Destacou que a
71 ampliação da rede de credenciamento facilitaria o procedimento, observando que enquanto não
72 chegassem a um nível de excelência no cadastramento e na fiscalização, estariam sujeitos a essas
73 situações, manifestando-se favorável a essa prorrogação de prazo. O Presidente do FONSET, Sr.
74 Nilton Vasconcelos, relatou a preocupação dos Secretários do Trabalho com o aumento
75 significativo do número de requerimentos do benefício do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal.
76 O Conselheiro Titular Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, concordou que não poderia
77 haver prejuízos para os pescadores, ressaltando que estava sendo autorizada a prorrogação de prazo
78 todo ano sem que o MPA apresentasse as razões de não estar avançando no processo de emissão e
79 renovação de carteira de pescador. Manifestou que não seria contra essa prorrogação, no entanto,
80 entendia que o MPA deveria buscar uma melhoria de gestão no sentido de resolver essa situação. O
81 Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. José Gabriel Texeira dos Santos, manifestou-se
82 favorável à solicitação de prorrogação para não prejudicar os pescadores, sugerindo que o
83 CODEFAT encaminhasse ao MPA um ofício advertindo que isso não deveria voltar a ocorrer. O
84 Vice-Presidente manifestou concordância com a proposta de encaminhamento de ofício do
85 Conselho ao MPA no sentido de resolver as pendências e, assim, cessar as solicitações de
86 prorrogação de prazo. O Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso
87 do Nascimento, concordou com a sugestão de envio de um documento com as proposições que
88 estavam sendo colocadas, enfatizando que o MPA deveria adotar medidas de forma a agilizar a

89 gestão do processo a fim de promover a emissão tempestiva das carteiras de pescador profissional
90 artesanal. O Conselheiro Titular Representante da CNT, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, observou
91 que seria interessante efetuar uma revisão das formas de cadastramento, haja vista o crescimento do
92 número de beneficiários do benefício em referência, acrescentando que o trabalhador não poderia
93 ser prejudicado, concordando com a presente proposta de prorrogação de prazo. O Conselheiro
94 Titular Representante da CGTB, Sr. Lindolfo Luiz dos Santos Neto, somou-se à posição de não
95 prejudicar os pescadores, ressaltando que não poderiam transferir para o trabalhador uma
96 responsabilidade afeta ao Estado. O Conselheiro do BNDES sugeriu que o MPA fosse convidado a
97 apresentar ao CODEFAT as ações que seriam implementadas no sentido de resolver essas questões
98 de gestão, inclusive cronograma, de modo a não haver necessidade de solicitar novas prorrogações
99 de prazos. O Conselheiro Titular Representante do MF, Sr. Manoel Joaquim de Carvalho Filho,
100 solicitou que na referida apresentação fosse apontada as razões que levaram ao grande incremento
101 de beneficiários do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal, destacando que essa seria uma
102 informação importante para o CODEFAT. O Secretário-Executivo do CODEFAT observou que o
103 MPA contabilizava em seu banco de dados cerca de 1 milhão de pescadores, sendo que no exercício
104 de 2011 havia sido pago o benefício do seguro-desemprego a 630 mil pescadores. Esclareceu que
105 competia ao MPA estabelecer quem era pescador, cabendo ao MTE apenas pagar o benefício do
106 seguro-desemprego, mediante apresentação de outros critérios. O Representante do MPA solicitou a
107 palavra para informar que o Ministério estaria à disposição no sentido de apresentar ao CODEFAT
108 o que estava sendo realizado em relação ao cadastramento dos pescadores, tanto na questão do
109 controle, quanto das recomendações do Grupo de Trabalho Interministerial. O Conselheiro da Força
110 Sindical sugeriu, quando da apresentação do MPA no CODEFAT, que fosse convidada uma
111 representação dos pescadores, de modo a enriquecer o debate sobre o assunto. O Presidente indagou
112 se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela, bem
113 como a proposta de convite ao MPA para apresentação ao CODEFAT sobre a gestão do processo
114 de cadastramento dos pescadores, registrando o voto contrário do Conselheiro do MF quanto à
115 prorrogação de prazo. Em seguida, o Presidente registrou a presença do Ministro-Interino,
116 passando-lhe a palavra para suas considerações. O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego –
117 Interino, Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, saudou a todos os presentes, relatando que havia
118 participado de um evento em Porto Alegre/RS para apresentação do Portal Mais Emprego, o qual
119 permitia, entre outras funcionalidades, que uma vaga captada e registrada por um determinado posto
120 do Sistema Nacional de Emprego – SINE fosse visualizada por todos os demais postos do País,
121 aumentando assim as possibilidades de colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho.
122 Declarou que o Portal Mais Emprego potencializava o casamento entre oferta e demanda de
123 emprego, sugerindo uma apresentação ao CODEFAT sobre o funcionamento do referido Portal. O

124 Ministro – Interino finalizou, destacando a importância do CODEFAT para o desenvolvimento do
125 País, parabenizando os Conselheiros pela competência e compromisso demonstrados no exercício
126 de suas atividades. O Presidente deu sequência à reunião, passando ao **IV – ASSUNTOS PARA**
127 **DISCUSSÃO: ITEM 6 - Avaliação da regularidade da execução dos convênios celebrados**
128 **com entidades privadas (PRONATEC e Decreto Presidencial nº 7.592/2011)**. A Titular do
129 Departamento de Qualificação - DEQ, Sra. Ana Paula da Silva, registrou que o primeiro semestre
130 de 2011 foi marcado por mudanças nos procedimentos de gestão, e o segundo semestre pelas
131 denúncias relativas a convênios firmados pelo MTE, o que demandou dedicação exclusiva do DEQ
132 ao atendimento a órgãos de controle e a imprensa. Esclareceu que o Decreto nº 7.592, de 28 de
133 outubro de 2011, assim dispunha: *Determina a avaliação da regularidade da execução dos*
134 *convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins*
135 *lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras*
136 *providências*. Esclareceu que a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE criou um
137 Grupo para tratar da prestação de contas, declarando que os 66 convênios existentes apresentavam,
138 atualmente, o seguinte status: i) 12 se encontravam em fase de prestação de contas; ii) 26 foram
139 considerados regulares; iii) 18 foram cancelados; e, iv) 10 estavam em tomada de contas especial.
140 Informou que o MTE havia concluído a análise dos Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs,
141 o que gerou 64 produtos, os quais seriam disponibilizados no sítio do Ministério, destacando que 10
142 produtos foram selecionados para serem impressos, os quais seriam encaminhados aos
143 Conselheiros. A Diretora do DEQ finalizou, registrando que estava em fase de
144 preparação/aprovação os grandes Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs, a saber: Copa do
145 Mundo, Telecomunicações e Construção Nacional. O Presidente abriu as inscrições para
146 manifestação. O Vice-Presidente do CODEFAT indagou sobre as razões que levavam a solicitação
147 sistemática de prorrogação dos convênios. O Conselheiro da NCST questionou se os convênios
148 cancelados já estavam em andamento, o que implicaria em prejuízo para alguma das partes. O
149 Presidente do FONSET solicitou a palavra para registrar que somente agora em 2012 estavam
150 sendo efetuados os pagamentos das primeiras parcelas do convênio de 2011, o que acabava levando
151 a solicitação de prorrogação de prazo dos convênios. Observou que havia cerca de 1.400 postos de
152 atendimento do SINE, responsáveis pela recepção do seguro-desemprego, intermediação de mão de
153 obra e inscrição para os cursos de qualificação profissional, ressaltando que em geral os gastos com
154 remuneração competiam aos Estados e Municípios, e os gastos com custeio ao MTE, mediante
155 convênio. Declarou que em função dos atrasos de repasse dos recursos, os entes federativos
156 acabavam por arcar, também, com os gastos de custeio, o que levava a um esgotamento do
157 orçamento do respectivo ente, implicando na necessidade de se prorrogar a vigência dos convênios.
158 Solicitou que fosse estudada a possibilidade de o FONSET efetuar uma apresentação sobre o

159 funcionamento, na ponta, do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, especialmente quanto
160 à aplicação dos recursos, enfatizando a necessidade de se discutir outra forma de repasse de
161 recursos, que não o convênio. O Presidente do FONSET finalizou, questionando se já havia
162 sinalização de quando iniciaria o processo de conveniamento dos grandes PlanSeQs. A Diretora do
163 DEQ destacou, quanto à prorrogação de prazos de convênios, que uma das razões para que isso
164 ocorresse era o descasamento entre a celebração dos convênios, o que ocorria geralmente no final
165 do exercício, e a liberação de recursos, o que se dava a partir do mês de março do exercício
166 seguinte, em razão da aprovação do orçamento, sendo atrelado, ainda, ao limite de empenho
167 autorizado para cada ação. Esclareceu, em relação aos convênios cancelados, que o MTE havia
168 negociado a manutenção das turmas que se encontravam em andamento, efetuando o cancelamento
169 somente após o fechamento da turma, de modo a evitar prejuízos à instituição. A Diretora do DEQ
170 concluiu, destacando que a presente prestação de contas teve por objetivo a manutenção do
171 compromisso do Departamento de informar o CODEFAT sobre a situação dos convênios no âmbito
172 da qualificação profissional. Em seguida, o Presidente passou ao **V – APRESENTAÇÃO: ITEM 7**
173 **– Pelo Ministério da Educação – MEC, tema: Programa Nacional de Acesso ao Ensino**
174 **Técnico e Emprego - PRONATEC.** A Representante do MEC, Sra. Nilva Schroeder, explicou que
175 o PRONATEC era um conjunto de ações que visavam a ampliação da oferta de vagas na Educação
176 Profissional e Tecnológica - EPT, melhorando as condições de inserção de seus beneficiários no
177 mundo do trabalho. Relatou as principais ações do PRONATEC: i) ampliação de vagas e expansão
178 da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; ii) fomento à ampliação de
179 vagas e à expansão das redes estaduais de EPT; iii) fomento à expansão da oferta de EPT de nível
180 médio na modalidade de educação à distância; iv) financiamento da EPT; v) oferta de bolsas que
181 garantirão o acesso gratuito de diferentes públicos à EPT, com assistência estudantil e
182 aconselhamento profissional direcionado à inserção no mundo do trabalho; e, vi) incentivo à
183 ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos Serviços Nacionais de
184 Aprendizagem – Sistema S. Listou os públicos a serem beneficiados: 1) estudantes e egressos do
185 ensino médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos - EJA; 2) beneficiários
186 dos programas federais de transferência da renda; 3) estudantes que tenham cursado o ensino médio
187 completo em escola da rede pública ou em instituições privadas como bolsistas integrais; e, 4)
188 trabalhadores. Registrou que havia duas modalidades de formação: a) Cursos Técnicos, mínimo de
189 800h, para a Bolsa Formação Estudante; e, b) Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC,
190 mínimo de 160h, para a Bolsa Formação Trabalhador Inclusão Produtiva e Seguro Desemprego.
191 Declarou que os cursos seriam ofertados pelas seguintes instituições: i) Rede Federal de Educação
192 Profissional, Científica e Tecnológica; ii) Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica;
193 iii) Sistema S; iv) entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante

194 convênio ou contrato; e, v) redes privadas de Educação Profissional e Tecnológica, devidamente
195 habilitadas. Informou as iniciativas no âmbito do PRONATEC: 1) Bolsa-Formação Estudante e
196 Bolsa-Formação Trabalhador; 2) FIES Técnico e FIES Técnico Empresa; 3) Brasil
197 Profissionalizado; 4) E-TEC Brasil; 5) expansão da rede federal de EPCT; 6) continuidade do
198 acordo de gratuidade Sistema S; e, 7) ampliação da capacidade do Sistema S. Informou que a Bolsa
199 Qualificação Trabalhador se constituía na oferta de cursos de FIC, também conhecidos como cursos
200 de qualificação, a trabalhadores de diferentes perfis, por cooperação do Ministério da Educação
201 com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, os quais seriam financiados pela
202 União e oferecidos diretamente na forma de serviços ou por repasses diretos aos beneficiários.
203 Prosseguindo, apontou as principais características da Bolsa Formação Seguro-Desemprego: i)
204 objetivo - ofertar vagas em cursos FIC a trabalhadores, facilitando sua reinserção no mundo do
205 trabalho; ii) beneficiários - trabalhadores beneficiados pelo seguro-desemprego; iii) recorte inicial -
206 perfil de reincidência na requisição do seguro-desemprego, escolaridade, faixa etária e capacidade
207 de oferta do município; e, iv) ofertantes - Sistema S e redes públicas. A Representante do MEC
208 finalizou, apresentando o fluxo simplificado da Bolsa Formação Seguro-Desemprego: 1) MEC e
209 Unidades Ofertantes – pactuar oferta; 2) MTE e Rede SINE - aderir ao PRONATEC; 3) MEC -
210 oferecer turmas para o MTE e a Rede SINE; 4) MTE-SINE - mobilizar trabalhadores
211 desempregados e escolher aqueles que realizarão os cursos FIC; 5) MTE-SINE - realizar a pré-
212 matrícula dos beneficiários; 6) Trabalhador Beneficiário - comparecer à unidade ofertante e
213 apresentar documentação necessária; 7) Unidade Ofertante - matricular estudantes, realizar curso e
214 confirmar frequência; 8) MTE e MEC - monitorar a execução do curso; e, 9) MEC - realizar
215 repasses às unidades ofertantes ou departamentos nacionais. O Presidente abriu as inscrições para
216 manifestação, observando que a Representante do MEC responderia aos possíveis questionamentos
217 em bloco. O Conselheiro da CTB indagou sobre como estava sendo tratada a questão curricular dos
218 cursos, observando que o MEC focalizava suas ações no ensino fundamental e médio, e que o
219 ensino superior era voltado para a formação tradicional. O Vice-Presidente questionou se o MEC
220 elaborava o conteúdo dos cursos, ou se isso competiria às próprias unidades ofertantes, bem como
221 se haveria demanda por recursos do FAT para o PRONATEC. O Presidente do FONSET destacou
222 que seria importante promover uma integração entre o Portal Mais Emprego (MTE) e o Sistema de
223 Informações da Educação Profissional – SISTEC (MEC), o que facilitaria a tarefa de cadastramento
224 dos beneficiários. Declarou que a lei de criação do PRONATEC previa recursos do FAT,
225 ressaltando que esses eram bastante limitados, sendo, inclusive, insuficientes para atender as
226 demandas já existentes. O Conselheiro da NCST indagou se os cursos seriam montados por
227 módulos, enfatizando a importância dos cursos técnicos, que atualmente faziam mais falta ao País
228 que os de nível superior. O Conselheiro da CGTB destacou a discussão existente na sociedade

229 brasileira sobre o ensino técnico, acrescentando que havia dificuldades no ensino fundamental
230 devido às matérias exatas, especialmente a matemática, inquirindo se haveria alguma ênfase, nos
231 cursos do PRONATEC, a essa questão. O Conselheiro da Força Sindical ponderou que a
232 qualificação deveria ocorrer tanto no âmbito profissional, quanto social, de modo a contribuir com a
233 elevação da escolaridade e a promoção da cidadania. A Representante do MEC manifestou seu
234 contentamento pelo fato de os questionamentos terem sido efetuados para além da questão
235 financeira, passando pela dimensão pedagógica. Declarou que os cursos de qualificação não
236 poderiam se resumir à oferta de vagas, mas sim repercutir do ponto de vista social e cultural das
237 pessoas, bem como no desenvolvimento econômico do País, devendo ser feito um esforço conjunto
238 para alcançar esses objetivos. Esclareceu, quanto ao currículo, que os cursos técnicos tinham o
239 catálogo já determinado, do ponto de vista formal, pelo Conselho Nacional de Educação, que
240 apresentava uma descrição mínima do curso. Arrazou que os recursos previstos, atualmente, eram
241 todos do MEC, que através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
242 descentralizava para a rede federal e repassava para o Sistema S, acrescentando que não teria
243 elementos, no momento, para tratar de recursos da fonte FAT. Esclareceu que os cursos eram
244 formatados de forma completa, e não por módulos, certificando-se ao final do curso. Relatou que os
245 cursos não apresentavam um foco em ciências exatas, mas sim em um determinado eixo
246 tecnológico, no desenvolvimento de determinadas ocupações e áreas profissionais. A Representante
247 do MTE finalizou, enfatizando que havia a expectativa de a médio ou longo prazo integrar os
248 sistemas Portal Mais Emprego e SISTEC, especialmente quanto ao seguro-desemprego. A seguir, o
249 Presidente passou ao **ITEM 8 – Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –**
250 **BNDES, tema: Cartão BNDES.** O Representante do BNDES, Sr. Leonardo de Oliveira Santos,
251 esclareceu que apresentaria os resultados do estudo *Avaliação de impacto do uso do Cartão BNDES*
252 *sobre o emprego nas empresas apoiadas*. Declarou que o Cartão BNDES era um instrumento de
253 crédito destinado às Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPMEs, que tem apoiado um número
254 expressivo de empresas no País e ampliado o alcance regional do Banco. Arrazou que o Cartão
255 visava reduzir restrições de acesso a crédito de longo prazo, enfrentadas por empresas de menor
256 porte, caracterizando-se por facilitar o trâmite de solicitação e concessão do crédito. Registrou que
257 em 2003, ano em que foi criado o Cartão BNDES, foram emitidos 1.926 cartões, destacando que o
258 ano de 2011 já contabilizava 472.004 cartões, e desembolso de recursos da ordem de R\$7,6 bilhões.
259 Relatou que a taxa de cobertura de municípios que apresentavam operação contratada com o Cartão
260 BNDES em 2005 era de 5,1% (286 municípios), sendo que em 2011 a taxa de cobertura chegou a
261 84% (4.681 municípios), acrescentando que o Banco esperava chegar, ainda em 2012, a cobertura
262 de 100% dos municípios brasileiros. Explicou que a área de planejamento do BNDES tinha por
263 missão a realização de estudos e proposição de metodologias para análise da efetividade da sua

264 atuação, analisando os efeitos decorrentes do apoio financeiro nas empresas apoiadas. Indicou os
265 parâmetros utilizados no desenho da avaliação: i) foram selecionadas as firmas que obtiveram a
266 primeira emissão de cartão em 2008 – aproximadamente 28 mil empresas; ii) grupo de tratamento -
267 empresas que obtiveram a concessão e utilizaram o limite de crédito no ano de 2008,
268 correspondente a 34,4% ; iii) Grupo de controle - empresas que obtiveram a concessão, mas não
269 utilizaram o limite de crédito nesse ano, representada por 65,6%; iv) restrição da amostra a
270 empresas que não obtiveram qualquer outro tipo de apoio do BNDES no período 2007-2009; e, v)
271 análise da evolução do emprego obtida por meio da RAIS em 2007-2008 e 2007-2009. Em seguida,
272 informou as taxas de impacto do uso do Cartão BNDES sobre o emprego, por porte de empresa e
273 período de tempo, conforme a seguir: I) Micro Empresa, curto prazo – 10,2%; II) Micro Empresa,
274 médio prazo – 13%; III) Pequena Empresa, curto prazo – 4,3%; e, IV) Pequena Empresa, médio
275 prazo – 4,7%. Declarou que o estudo permitia concluir que: 1) o Cartão apresenta impacto positivo
276 sobre o crescimento do emprego nas firmas apoiadas, devido principalmente ao resultado nas micro
277 e pequenas empresas; e, 2) o impacto marginal do Cartão, em torno de 10%, sinaliza a importância
278 para a economia brasileira de que mais firmas venham a utilizar o produto. O Representante do
279 BNDES finalizou, registrando que para o exercício 2012 estava previsto desembolso da ordem de
280 R\$11,4 bilhões para o Cartão BNDES. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Vice-
281 Presidente destacou a importância do Cartão BNDES para a micro e pequena empresa, ressaltando
282 que gostaria que fosse estudada a possibilidade de se financiar serviços, tendo em vista que
283 atualmente o financiamento recaia apenas sobre produtos. O Conselheiro Suplente Representante do
284 MPS, Sr. Rogério Nagamine Costanzi, observou que o microempreendedor individual, atualmente
285 em torno de 2 milhões de cadastrados, ainda encontrava alguma dificuldade para obter crédito no
286 âmbito do Cartão BNDES, arrazoando que se tratava de um desafio, enquanto política de governo,
287 ampliar o acesso ao crédito para esse público, visando garantir a sua sustentabilidade e o seu
288 potencial de geração de empregos. O Conselheiro do BNDES esclareceu que o Sr. Leonardo
289 trabalhava na área de planejamento do BNDES e que, portanto, não seria um canal para
290 apresentação de demandas sobre o Cartão, o que deveria ser feito diretamente ao Banco, o qual
291 estaria apto a responder questionamentos relativos ao estudo em tela. O Vice-Presidente indagou se
292 seria prudente afirmar, com base no trabalho apresentado, que o cartão BNDES influenciava
293 decisivamente na geração de emprego de micros e pequenas empresas, e com menor intensidade nas
294 médias empresas. O Representante do BNDES esclareceu que para a amostra de 2008, utilizado no
295 presente estudo, não seria possível chegar a esse tipo de conclusão, ressaltando que para isso se
296 faria necessário ampliar a avaliação para outros anos, bem como o horizonte de análises. O
297 Conselheiro da NCST indagou sobre a taxa de juros do Cartão, ao que o Conselheiro do BNDES
298 informou que se encontrava em 0,96% ao mês, cerca de 12% ao ano. O Conselheiro da NCST

299 observou que o Cartão BNDES era altamente favorável às micro e pequenas empresas,
300 principalmente pelo capital de giro e pela forma de pagamento, contribuindo para a maior geração
301 de empregos. O Representante do BNDES finalizou sua participação, agradecendo ao MTE, em
302 especial ao Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Sr. Carlo Simi, e ao Diretor de Emprego e
303 Salário, Sr. Rodolfo Torelly, pela disponibilização das informações da RAIS, acrescentando que se
304 tratava de uma base de dados de grande confiabilidade e qualidade, tendo sido de fundamental
305 importância para a realização do estudo em referência. Na sequência, o Presidente passou ao **ITEM**
306 **9 – Pelo Banco do Brasil – BB-DTVM, tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do**
307 **FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB – Extramercado.** O Representante
308 da BB-DTVM, Sr. Luiz Ayres de Souza Fonseca, esclareceu que os fundos extramercado, até
309 novembro de 2011, eram regidos pela Resolução nº 2.423, de 23 de novembro de 1997, do
310 Conselho Monetário Nacional – CMN, a partir da qual a administração do fundo apresentava as
311 seguintes características: i) aplicação de recursos do FAT por meio de fundo de investimento
312 extramercado exclusivo; ii) carteira do fundo composta por Títulos Públicos Federais; e, iii) política
313 de investimento sem indicação de índice a ser perseguido pelo fundo. Destacou que o referido
314 normativo foi alterado pela Resolução CMN nº 4.034, de 30 de novembro de 2011, que modificou a
315 política de investimentos dos fundos de investimento extramercado, passando a ser atrelada a um
316 dos índices Anbima (IMA e IDkA), com exceção dos que tenham ativos vinculados à taxa de juros
317 de um dia (LFTs), sendo estabelecido o prazo de 90 dias para adequação das carteiras dos fundos.
318 Explicou que essa nova legislação estava alinhada às diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional
319 para a gestão da dívida pública, na forma a seguir: 1) alterar o perfil da dívida pública interna –
320 indexadores e alongamento dos prazos de vencimentos dos títulos públicos; 2) maior previsibilidade
321 nos fluxos de pagamentos de títulos; 3) diminuir a participação de títulos atrelados à taxa de juros
322 SELIC, LFT; e, 4) aumentar a participação de títulos prefixados, LTN e NTN-F, ou indexados a
323 índice de preços, NTN-B. Informou que a BB-DTVM, dado o novo cenário, optou por atrelar a
324 política de investimentos aos subíndices IMA-B e IRF-M1, por considerá-los os mais adequados às
325 necessidades do Fundo. Listou as principais características do subíndice IMA-B: i) recomendado
326 para recursos de médio e longo prazo; ii) carteira composta exclusivamente por NTN-Bs, IPCA +
327 juros; iii) títulos com vencimentos longos; iv) mais volatilidade no valor das cotas; e, v) maior
328 rentabilidade histórica. Em seguida, passou às características do subíndice IRF-M1: 1)
329 recomendado para recursos de curto prazo; 2) carteira composta por LTNs e NTN-Fs, com
330 rentabilidade pré-fixada; 3) títulos com vencimentos curtos; 4) menos volatilidade no valor das
331 cotas; e, 5) menor rentabilidade histórica. Declarou que as LFTs, por meio de leilão do Tesouro
332 Nacional, foram trocadas por LTNs, NTN-Fs e NTN-Bs, o que resultou numa nova carteira atrelada
333 aos subíndices Anbima, assim dividida: a) 10% em IRF-M 1, composta por LTN e NTN-F; e, b)

334 90% em IMA-B, composta por NTN-B. O Representante da BB-DTVM finalizou, registrando que a
335 nova carteira do FAT apresentava a seguinte composição: I) títulos prefixados e pós fixados,
336 atrelados à índice de preços; II) alongamento dos vencimentos dos títulos; III) maior rentabilidade
337 histórica; IV) menor liquidez; e, V) maior volatilidade. O Presidente abriu as inscrições para
338 manifestação, em não havendo, passou ao **VI - OUTROS ASSUNTOS: ITEM 10 - Entrega dos**
339 **seguintes documentos: Boletim de Informações Financeiras do FAT – dezembro/2011;**
340 **Relatório da Execução da PDE – REL-PDE; e Posicionamento da CGI/MTE sobre o**
341 **desenvolvimento do SIGFAT.** O Presidente esclareceu que os documentos em referência se
342 encontravam na mídia digital distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos, na qual
343 continha todo o material da presente reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e
344 esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E,
345 para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata
346 que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e
347 por mim.

CARLO ROBERTO SIMI
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

LUIGI NESE
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA
Conselheira Titular Representante do MAPA

PAULO LIBERGOTT
Conselheiro Titular Representante do BNDES

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MF

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS
Conselheiro Titular Representante da NCST

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CTB

LINDOLFO LUIZ DOS SANTOS NETO
Conselheiro Titular Representante da CGTB

OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO
Conselheiro Titular Representante da CNT

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Conselheiro Suplente Representante da CNTur
